



ENSINO SUPERIOR É CIÊNCIA

É habitual dizer-se que a democracia é o pior de todos os sistemas com exceção de todos os outros. Para que seja melhor é necessário proteger e cultivar práticas democráticas no dia a dia dos cidadãos, nos seus empregos, nas escolas, nos organismos públicos. As instituições de ensino superior são lugares que, pela sua génese, deveriam ser o baluarte das práticas democráticas, de liberdade de expressão e de autonomia académica e científica.

No entanto, os dados divulgados em dezembro pelo Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), com base num estudo factual e detalhado sobre os efeitos da aplicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) desde 2007 revelam que, infelizmente, se tem verificado uma contínua degradação do funcionamento democrático das universidades e politécnicos desde a aplicação do RJIES.

As eleições para os Conselhos Gerais (órgãos de direção estratégica que integram membros da sociedade civil) denotam que a taxa de abstenção tem vindo a aumentar desde 2017. Nos primeiros anos da lei, cerca de 15% dos professores e investigadores abstiveram-se nestas eleições e o valor

aumentou para cerca de 25% nas eleições mais recentes. No caso do pessoal não docente e não investigador, as taxas de abstenção assumiram recentemente valores superiores a 40% e entre os estudantes são mais de 90% aqueles que não votam.

Acresce, ainda, que, pelo menos, 9355 docentes e investigadores estão excluídos dos processos eleitorais das universidades e politécnicos, o equivalente a 32,2% dos que trabalham naquelas instituições. Trata-se, maioritariamente, de investigadores contratados por instituições privadas sem fins lucrativos, mas que colaboram nas unidades de investigação das instituições de ensino superior, assim como docentes que não estão integrados nos quadros. A todos estes é frequentemente negado o direito a participar democraticamente na vida das instituições onde trabalham.

A promessa de maior abertura da academia à sociedade, que acompanhou a implementação do RJIES, traduz-se afinal na participação de membros externos dos Conselhos Gerais que são maioritariamente profissionais de topo da Administração Pública, das empresas, do poder político e do campo académico, com clara prevalência masculina. Trata-se de um perfil de membros externos



ROMEU VIDEIRA
INVESTIGADOR DO
LAQV-REQUIMTE



MARIANA GAIO ALVES
SOCIÓLOGA.
INST. DE EDUCAÇÃO,
UNIV. DE LISBOA,
UIDEF (UNIDADE
DE INVESTIGAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO EM
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO.
PRESIDENTE DA
DIRECÇÃO DO SNESUP



É DE TODOS E PARA TODOS!



que não representa a sociedade envolvente e que coloca desafios, tendo em conta que participam em processos de tomada de decisões estratégicas para as instituições quando, em muitos casos, desconhecem as características, dificuldades e potencialidades do trabalho desenvolvido no ensino superior e ciência.

O RJIES, que já deveria ter sido avaliado e revisto em 2012, por imposição legal que vem sendo adiada ao longo da última década por inação dos sucessivos governos, será agora objeto de apreciação por uma comissão, dita independente, nomeada pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. Uma comissão que já foi alvo de críticas por parte das várias associações académicas de estudantes, do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e do SNESup, por ignorar a participação e contributos deste sindicato que conta com o maior número de associados na área do ensino superior e da ciência.

É de extrema importância – no contexto de desconexão e fraca participação democrática que se vive nas instituições de ensino superior – que o processo de avaliação e revisão do RJIES seja participativo e aberto a organizações e cidadãos. Caso os contributos e

conhecimento dos docentes e investigadores, o recurso mais estratégico das instituições do ensino superior, continuem excluídos da comissão, só nos resta concluir que é um sinal de o governo quer direcionar a posterior revisão do RJIES. Manter as políticas que agora regem as instituições de ensino superior, cujo resultado já se conhece através de dados oficiais em que se baseia o estudo do SNESup, terá consequências devastadoras para o futuro da ciência e ensino superior. Desde logo, o aprofundamento crescente da mercantilização do ensino superior e ciência, com a subsequente supressão dos valores subjacente à democracia e à autonomia científica e pedagógica dos docentes e investigadores, bem como o aumento, pela via legal, dos níveis de precariedade laboral que hoje atingem 43% dos docentes e 75% dos investigadores.

A avaliação e revisão do RJIES só terá efeitos práticos com vista ao desenvolvimento do ensino superior e ciência se for orientada exclusivamente pelo interesse público, respeitando a dignidade de todos os que fazem parte da academia: docentes, investigadores, funcionários não docentes e estudantes. •